

**GÊNERO E EDUCAÇÃO:
20 ANOS CONSTRUINDO
CONHECIMENTO**

Copyright © 2020 Programa de Educação para a Diversidade – ProEx/UFOP

COORDENADORA DA SÉRIE CADERNOS DA DIVERSIDADE *Keila Deslandes*

CONSELHO EDITORIAL *Adriano Nascimento – UFMG*

Alcilene Cavalcante de Oliveira – UFG

Carla Cabral – UFRN

Érika Lourenço – UFMG

Keila Deslandes – UFOP

Mônica Rahme – PUC Minas

Richard Miskolci – UFSCar

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Rejane DiasCecília Martins

REVISÃO

Lúcia Assumpção Júlia Sousa Samira Vilela

CAPA

Alberto Bittencourt

PROJETO GRÁFICO

Tales Leon de Marco

DIAGRAMAÇÃO

Larissa Carvalho Mazzoni

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gênero e educação : 20 anos construindo conhecimento / Cláudia Vianna, Marília Carvalho (organizadoras). -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-85-513-0796-0

1. Comportamento 2. Desigualdade social 3. Educação 4. Educação sexual 5. Identidade

de gênero 6. Política educacional 7. Relações de gênero I. Vianna, Claudia. II. Carvalho, Marília.

20-33601 CDD-370.1934

Índices para catálogo sistemático:

1. Desigualdades sociais : Sociologia educacional : Educação 370.1934

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Belo Horizonte

Rua Carlos Turner, 420

Silveira . 31140-520

Belo Horizonte . MG

Tel.: (55 31) 3465 4500

São Paulo

Av. Paulista, 2.073 . Conjunto Nacional, Horsa I 23º andar . Conj. 2310 - 2312 . Cerqueira César 01311-940 .

São Paulo . SP

Tel.: (55 11) 3034 4468

www.grupoautentica.com.br

Prefácio

Marília Pontes Sposito

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

CORA CORALINA

Ao iniciar o prefácio do livro *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento*, organizado por Cláudia Vianna e Marília Carvalho, não posso deixar de registrar este momento que atravessamos. Vivemos tempos difíceis, que têm exigido mudanças em nossas vidas, criado incertezas, perplexidades e novas tensões. Testemunhamos, também, experiências de resistência coletiva e de solidariedade que interpelam, na prática, as desigualdades múltiplas e os individualismos dos modelos neoliberais. O futuro está à nossa frente e, talvez, possamos extrair dessa travessia aprendizados que orientem nossas escolhas e modos de vida.

Resgato, no conjunto de fragmentos constituintes da memória, o título do belo romance de Gabriel García Márquez, *O amor em tempos de cólera*. Sim, apesar do cotidiano atual, território inexplorado a percorrer, reconheço “A alegria em tempos de Covid-19” diante do generoso convite para redigir breves palavras, prefácio desta bela iniciativa.

A pandemia expõe feridas profundas da nossa sociedade, sobretudo a dilacerante desigualdade social que condena milhões de brasileiros à fome, ao desemprego e à persistente exclusão de direitos básicos consagrados nas sociedades democráticas. A vida cotidiana em tempos de distanciamento social evidenciou fraturas, frequentemente submersas, tornando mais públicas as desigualdades ainda presentes nas relações de gênero. A violência doméstica atinge em maior proporção as mulheres; o *home office*, para a maioria daquelas que atuam no mundo profissional, revelou-se de difícil conciliação com as atribuições diárias dedicadas à manutenção da casa, ao cuidado com os filhos e, muitas vezes, à atenção aos idosos e idosas. Revelou, também, o silencioso e não reconhecido grupo de trabalhadoras domésticas, babás e cuidadoras que asseguram a estabilidade de famílias e possibilitam o trabalho feminino nas mais diversas áreas.

O lançamento de um livro que traz a temática das relações de gênero nesta conjuntura é extremamente oportuno, ao reiterar a importância da continuidade e aprofundamento dos estudos, pois, como afirmam as organizadoras, trata-se de um processo em permanente construção.

Conheci as jovens Cláudia e Marília nos anos 1990, quando ambas estavam enfrentando os desafios do mestrado. Desde aquele momento, acompanhei a trajetória de duas pesquisadoras competentes e dedicadas. Iniciei em 1994 minhas atividades como orientadora de doutorado da Faculdade de Educação da USP, sendo ambas minhas primeiras alunas, e com elas compartilhei as emoções das duas primeiras teses defendidas.

Ambas iniciaram sua carreira como docentes da Faculdade de Educação da USP muito jovens, enfrentando um desafio importante ao buscar novos caminhos e temas para a pesquisa, inaugurando na instituição, de modo sistemático, os estudos sobre as relações de gênero na área da Educação.

O empenho em viabilizar suas orientações foi acompanhado por um significativo e bem-sucedido esforço para alcançar densidade teórica e metodológica, condições essenciais para o reconhecimento acadêmico. As disciplinas oferecidas por ambas consolidaram a formação de profissionais e pesquisadores(as) ao lado de um número significativo de dissertações e teses por elas orientadas. Seminários e atividades de extensão integraram também a trajetória de trabalho por elas desenvolvida. Em suma, professoras competentes e dedicadas.

Mas ainda outra característica se agrega ao que foi brevemente enunciado. A prática profissional de ambas, sempre em parceria, contemplou um traço fundamental para a consolidação da área de estudo: a capacidade de despertar e agregar novos pesquisadores e pesquisadoras por meio do trabalho coletivo. Seus alunos e alunas encontraram nas professoras incentivo e apoio para desenvolver seus projetos, participando do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (EdGES) a partir de 1999. Cláudia e Marília estiveram sempre presentes e, certamente, extraíram dessa convivência contínua novos aprendizados.

A prática da pesquisa requer o estudo sistemático, o debate das ideias, a crítica construtiva e o aprendizado do rigor na produção do conhecimento. Após 20 anos de existência, a experiência do EdGES constitui exemplo bem-sucedido desse projeto voltado para a formação de profissionais. Estudantes que participaram das atividades do grupo nesses 20 anos exercem agora importantes atividades em instituições diversas no país. A partir do esforço incansável de Marília e Cláudia, os estudos de gênero encontraram guarida

na FEUSP, ao lado de fecunda interlocução com pesquisadores e pesquisadoras de instituições nacionais e internacionais. Esse esforço corajoso e persistente demanda continuidade no interior da instituição, de modo a preservar parte significativa de suas conquistas em termos de relevância social e reconhecimento acadêmico.

Comemorando duas décadas de muitos desafios e lutas, o livro *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento* exprime aspectos muito significativos dessa trajetória. A contribuição das organizadoras, de seus parceiros e parceiras para o desenvolvimento dos estudos de gênero na área da Educação certamente ultrapassa aquilo que é possível reunir em um único livro. A seleção dos textos certamente não esgota a riqueza do trabalho desenvolvido, mas ilustra de modo claro aspectos relevantes de suas orientações.

A obra reúne contribuições daqueles e daquelas que já conviveram com suas mestras e ainda mantém vínculo com as atividades do EdGES, ao lado das novas gerações que estão em processo de formação. No livro, os aspectos teóricos tratados inicialmente, o cuidado com as questões metodológicas e o amplo leque de investigações são exemplos da importância do trabalho desenvolvido nos estudos das interfaces entre gênero e educação. Além de uma celebração que resgata múltiplas trajetórias de pesquisa, os capítulos aqui reunidos oferecem aspectos importantes e extremamente atuais para o estudo das relações de gênero, perscrutando novas possibilidades e novos desafios.

Tem sido uma honra, na condição de colega e amiga, acompanhar as trajetórias das pesquisadoras e professoras. Certamente Marília e Cláudia testemunham, mais uma vez, o enlace entre o ensinar e o aprender, como intuiu a poeta Cora Coralina.

Julho de 2020.

Apresentação

Cláudia Vianna
Marília Carvalho

Esta coletânea foi organizada para marcar os vinte anos de trabalho ininterrupto do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (EdGES). Cadastrado no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) desde 1999 e vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), o grupo é coordenado por Cláudia Pereira Vianna e Marília Pinto de Carvalho. Reúne também pesquisadoras/es vinculadas/os à Fundação Carlos Chagas; Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Parte dessas/es pesquisadoras/es formaram-se no âmbito do grupo e estão entre os mais de oitenta estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado que orientamos, além de participar de nossas pesquisas e seminários. Atualmente, são oito iniciações científicas, doze mestrados e sete doutorados em andamento.

Além das investigações levadas a cabo por cada uma/um das/os pesquisadoras/es e suas equipes, em 2006/2007, o grupo desenvolveu coletivamente a pesquisa “Democratizando o conhecimento: uma base de dados sobre mulheres, gênero e educação formal”, financiada pelo CNPq e Secretaria Especial da Mulher, que resultou numa base de dados com 1.213 resumos de teses, dissertações e artigos acadêmicos, disponibilizada ao público.

Foram muitas as atividades de extensão, entre cursos, palestras, rodas de conversa e seminários, dentro e fora da Faculdade de Educação da USP (FEUSP). O mais recente curso intitulado Diálogos de gênero na Educação Básica foi realizado em parceria com o Departamento de Educação da Fundação Carlos Chagas. Também recebemos e debatemos com

pesquisadoras/es de diferentes países, como Montserrat Moreno Marimon e Genoveva Sastre Vilarrasa (Universidade de Barcelona); Hilary Povey, Rosemary Preston e Carol Adams (Grã-Bretanha); Nelly Stromquist (University of Maryland); Sonsoles San Roman (Universidade Autônoma de Madri); Raewyn Connell (Universidade de Sidney); e José Ignacio Pichardo Galán (Universidade Complutense de Madri).

Todo esse trabalho, em sua riqueza e diversidade, não caberia em uma coletânea e tivemos que fazer opções. Estão aqui representadas as principais linhas de investigação abrigadas no grupo, com a participação de autoras e autores que no momento mantêm atividades conjuntas e diálogo com a equipe.

A preocupação com o aprofundamento teórico e a discussão metodológica marcou o EdGES desde suas origens e está presente nos quatro capítulos que abrem o livro, embora não exclusivamente neles. Os textos de Cinthia Torres Toledo (“Entendendo a ‘interseccionalidade’: abordagens e desafios”) e de Luciana Alves (“Da homologia entre sexo e raça: um esboço de aproximação conceitual”) buscam enfrentar teoricamente a complexa relação entre as desigualdades de gênero e outras desigualdades, especialmente a racial. Já os capítulos “É possível fazer uma análise de gênero a partir de dados quantitativos?”, de Adriano Souza Senkevics, e “O uso de bases de dados na compreensão das desigualdades por sexo e cor/raça na educação brasileira: desafios e potencialidades”, de Amélia Artes, refletem sobre dimensões teóricas e metodológicas da pesquisa quantitativa em gênero e educação. Pensamos que esses quatro capítulos permitem vislumbrar alguns dos caminhos futuros da construção de conhecimento em gênero e educação, não apenas porque três de suas/seus autoras/es são jovens doutorandas/os, mas principalmente pelo caráter inovador da forma como esses capítulos desenvolvem duas questões que são relativamente antigas no campo e também no EdGES, mas ainda estão em aberto: a interseccionalidade e os usos da pesquisa quantitativa.

O tema das políticas educacionais, tão caro ao grupo e sempre presente em nossa agenda, está representado pelo capítulo de autoria de Keila Deslandes, intitulado “*Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay*: pânico morais sem fronteiras e formação do campo político e educacional antigênero no Brasil da virada do século XX”; e pelo de Cláudia Pereira Vianna e Alexandre Bortolini, “As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2016)”. Sintonizados nas mudanças recentes do debate sobre gênero na escola, esses textos

enfocam as ofensivas conservadoras antigênero como um fenômeno transnacional, também presente no âmbito das políticas de educação brasileiras, e a disputa em torno dos significados de gênero e de valores como a laicidade e o respeito à diversidade.

Os três artigos que se seguem versam sobre aspectos diversos da Educação Básica e constituem ótimos exemplos da importância de um enfoque de gênero na análise de diferentes objetos. Neide Cardoso de Moura aborda os livros didáticos para a escola do campo, em “O que velam e revelam as ilustrações dos livros didáticos do PNLD/2013 para a Educação do Campo: um olhar sobre o gênero”; já Paulo Rogério da Conceição Neves, no capítulo “Quando elas batem: relações sociais de gênero e a violência escolar”, discute situações de violência na escola em que as meninas são protagonistas.

Completando esse conjunto, Sandra Unbehaum, Thais Gava e Elisabete Regina B. Oliveira refletem sobre os fundamentos teóricos que permitiriam compreender, em sua complexidade, os processos de aproximação e afastamento das meninas às carreiras científicas. Articulado à pesquisa “Elas nas Ciências”, o capítulo “Um olhar para a socialização na construção das desigualdades de gênero no contexto escolar” é também nossa forma de homenagear a querida Elisabete Regina B. Oliveira (Betinha), falecida em 2018.

O livro se completa com cinco capítulos que sintetizam pesquisas empíricas qualitativas sobre os diferentes níveis da escolarização. A Educação Infantil é o foco de Daniela Finco, no texto “O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero?”. Já Edna de Oliveira Telles e Fábio Hoffmann Pereira abordam o Ensino Fundamental, nos capítulos “Relações de gênero e práticas escolares” e “Ofício de aluno: análise das configurações de aluno sob o olhar das relações de gênero”, respectivamente. Esses três estudos não apenas retratam meninos e meninas em ações de conformidade e de transgressão às normas de gênero, como revelam elementos dos simbolismos de gênero que marcam o cotidiano das escolas, seus espaços e suas práticas.

Na sequência, Alan Augusto M. Ribeiro, em “Quilombolas, homens e negros: identidades, masculinidades e educação”, nos fala das complexidades sociais vividas por diferentes homens negros, por meio de pesquisa com estudantes universitários. E, finalmente, a equipe formada por Ivana Gonçalves de Oliveira, Ângela Esteves Modesto e Cláudio Marques da Silva Neto, liderada por Marília Pinto de Carvalho, analisa o trabalho das

professoras do Ensino Fundamental 1,¹ entrecruzando gênero e classe, no capítulo “As professoras e a nova gestão pública: entre o cuidado e as metas”. Ambos os textos exemplificam bem nosso esforço de articular o gênero com outras desigualdades sociais, assim como a importância que atribuímos a uma fundamentação teórica sólida que dê consistência às análises.

O leitor notará que, em sua diversidade temática, os capítulos desta coletânea mantêm diálogo entre si, resultado de nossas intensas discussões teóricas. Por essa razão, decidimos manter uma única lista de referências bibliográficas ao final, de forma a destacar que se trata de capítulos de um livro e não apenas peças avulsas agrupadas. Há uma grande diversidade de referenciais, claro, e estamos convencidas de que a uniformização não é boa amiga do conhecimento científico. Mas tomando as obras cujas citações mais se repetem nos diferentes capítulos, duas autoras se destacam como referência teórica no conjunto do livro: Raewyn Connell e, principalmente, Joan Scott.

Marca nossa produção a perspectiva de tomar o gênero não como objeto de estudo empírico em si mesmo, mas como categoria de análise, tal como sugerido por Scott (1995). Assim, procuramos entender as marcas de gênero na educação e perceber em que aspectos pensar a partir do gênero pode contribuir para compreender temas candentes do campo educacional, tais como a violência escolar, o ofício de aluno, as políticas educacionais e o trabalho docente, por exemplo, temas que à primeira vista não seriam generificados. Para nos aproximarmos desses objetos, lançamos mão de diferentes estratégias de pesquisa empírica – quantitativa, qualitativa, documental – com uso de observações, entrevistas, questionários, levantamentos textuais e bases de dados demográficos.

Embora atentas/os às possibilidades de ação dos sujeitos, nossa ênfase não recai sobre a identidade individual e sua construção, mas sobre os esquemas simbólicos, as ações coletivas, as estruturas e as instituições. Nossa leitura de Scott busca resgatar as diferentes dimensões apontadas pela autora e a necessidade de considerar todas elas, uma vez que “o gênero implica em quatro elementos inter-relacionados”: “os símbolos culturalmente disponíveis”; os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos”; a política, as instituições e a vida social; e “a identidade subjetiva” (SCOTT, 1995, p. 86-7).

Por sua vez, Raewyn Connell (1987) nos ajuda a reafirmar que considerar as dimensões estruturais não significa negar a mudança histórica, nem a ação dos sujeitos, pois se as estruturas constituem o pano de fundo sobre o

qual cada um/a pode agir, elas não são fixas, nem constituem determinações inescapáveis. Pelo contrário, as estruturas têm uma história a partir de tensões e contradições sobre as quais os sujeitos atuam o tempo todo.

Essa abordagem tem nos permitido colocar o exame das relações sociais de gênero em diálogo com outras formas de desigualdade – classe, raça, idade, sexualidade, identidade de gênero etc. –, preocupação que transparece neste livro não apenas nas reflexões teóricas, mas também no esforço das análises empíricas em considerar como a articulação entre diferentes desigualdades modula cada uma delas, fazendo com que o gênero seja múltiplo em sua transversalidade.

Enfim, num tempo em que tantos desafios estão colocados para a produção de conhecimento – do corte de recursos aos ataques ideológicos à universidade pública – e em particular para o debate de gênero, que vem sendo demonizado e distorcido, temos muito orgulho e alegria de trazer a público este livro. Como ponto de encontro da história com o futuro, ele é somente uma pequena mostra do que fizemos nesses vinte anos de trabalho e um breve anúncio do que ainda vem por aí.

Entendendo a "interseccionalidade": abordagens e desafios

Cinthia Torres Toledo²

O termo "interseccionalidade" tem sido amplamente utilizado para se referir à articulação entre gênero, raça e classe. Podemos destacar como ponto comum em abordagens interseccionais a noção de que as análises devem buscar compreender os entrelaçamentos entre as relações sociais ou categorias. A partir dessa perspectiva, a compreensão das identidades e desigualdades sociais se daria de forma integrada, tendo em vista que a falta de atenção para as articulações não resultaria em análises simplesmente incompletas, mas também em possíveis distorções (HIRATA, 2014; BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29).

Em comum entre diferentes perspectivas existe também o pressuposto da não primazia de qualquer dos eixos de opressão, sejam elas de raça, classe ou gênero. Há ainda autoras e autores que ao lado da tríade gênero-raça-classe incluem outras categorias como *sexualidade, idade/geração e nacionalidade*. Se outras variáveis devem ou não ser incluídas é um dos tópicos de discussão e divergência entre perspectivas.

Além dessa explicação sucinta, o termo "interseccionalidade" acaba por apresentar múltiplos sentidos e abordagens que trazem desafios tanto para a sua definição quanto para possíveis usos acadêmicos. Considerando esses desafios, apresento a seguir uma sistematização sobre o tema, percorrendo sua origem no feminismo negro estadunidense e o surgimento de outras propostas entre autoras/es de outras localidades e tradições acadêmicas.

Sobre a origem da "interseccionalidade" no contexto estadunidense

Cunhada pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) para pensar o entrelaçamento entre gênero e raça, a noção de interseccionalidade foi proposta pela teórica do direito com o objetivo de reconceitualizar a ideia de discriminação vigente nas leis estadunidenses. Partindo de casos em que as reivindicações das mulheres negras não foram consideradas pelas cortes, Crenshaw (1989) demonstrou que a noção de discriminação em voga, por

adotar apenas um eixo de análise (a raça ou o sexo), acabava por admitir como parâmetro de julgamento apenas a experiência daqueles e daquelas que constituíam um grupo “privilegiado” entre os discriminados. Em outras palavras, ao considerar discriminações de “gênero”, a legislação adotava como perspectiva a situação das mulheres brancas, e quando se referia à discriminação de “raça”, acabava tendo como referência os homens negros, desconsiderando, nas duas situações, as experiências das mulheres negras.

De acordo com a autora, as situações de discriminação poderiam ser comparadas com acidentes ocorridos em um cruzamento: um carro vindo de apenas uma das quatro direções poderia provocar um acidente; também poderiam ocorrer acidentes pela colisão de carros provenientes de duas ou mais direções. Além disso, os carros de direções distintas, juntos, poderiam ferir uma pessoa, sem que fosse possível distinguir especificamente o que cada um dos carros teria provocado. Crenshaw (1989) explicita o seu posicionamento:

Trazendo para um nível não metafórico, estou sugerindo que mulheres negras podem experienciar discriminação de maneiras que são tanto similares quanto diferentes daquelas experienciadas por mulheres brancas e homens negros. Mulheres negras são discriminadas de jeitos similares ao de mulheres brancas; às vezes elas compartilham experiências muito parecidas com homens negros. Ainda frequentemente experienciam dupla discriminação – os efeitos combinados de práticas discriminatórias com base na raça, e com base no sexo. Às vezes, elas são discriminadas como mulheres negras – não a soma de discriminação racial e sexual, mas como mulheres negras (CRENSHAW, 1989, p. 149, tradução minha).

No trecho acima podemos ver um exemplo da forma como a interseccionalidade é elaborada em contraposição à ideia de adição de variáveis. Nessa perspectiva, as experiências de mulheres brancas e mulheres negras não são diferentes apenas em relação à cor/raça pensada como um elemento a mais – em que compartilhariam o “ser mulher” e se diferenciariam apenas em relação às experiências com o racismo. Também a experiência sobre o que é “ser mulher” pode ser distinta. Argumentar que mulheres negras são discriminadas como mulheres negras significa tanto enfatizar a heterogeneidade interna ao grupo de mulheres quanto pensar em experiências que são *simultaneamente* raciais e sexuais, e por isso, interseccionais.

Kimberlé Crenshaw também demonstrou como “sexo” e “raça” eram considerados nos julgamentos apenas quando incidiam em algum tipo de desvantagem, revelando, assim, a masculinidade e a branquidade como pressupostos implícitos e normativos (CRENSHAW, 1989, p. 151). Contraditoriamente, como o foco da autora é justamente uma forma de desvantagem – a discriminação –, suas proposições às vezes acabam por invocar uma imagem estática de interseccionalidade, como um atributo da experiência de mulheres negras, localizadas na intersecção dos eixos de opressão. A partir da leitura de seu texto, é possível ficar com a impressão de que a interseccionalidade seria algo importante apenas para as mulheres negras ou “de cor”,³ parecendo limitada a possibilidade de conceber uma abordagem interseccional para analisar também o entrelaçamento das relações sociais de gênero, raça e classe que conformam a vida de homens brancos e ricos, por exemplo.

Mas o que hoje parece um “limite” só pode ser adequadamente entendido quando relacionado aos objetivos de Crenshaw. Naquele momento, a autora pretendia demandar, da justiça e das políticas públicas, respostas adequadas às formas de discriminação vividas pelas mulheres negras. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a crítica à imagem estática de interseccionalidade pressupõe a passagem de uma noção elaborada com o objetivo de visibilizar a experiências das mulheres negras para a interseccionalidade como uma estratégia analítica mais ampla. Assim, além de entender os propósitos da autora, é preciso compreender também o contexto de surgimento da noção de interseccionalidade no âmbito dos movimentos de mulheres até a sua difusão no meio acadêmico.

Crenshaw (1989) afirma ter tomado como ponto de partida de sua crítica o livro *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies* (HULL *et al.*, 1982).⁴ O título do livro faz alusão à ideia posteriormente explorada pela jurista: as mulheres brancas e os homens negros eram tomados como referência de “mulheres” ou “negros”. Muito além do título, o livro apresenta um estado da arte dos *Black women's studies*, área em desenvolvimento ao longo da década de 1970 e que representava a institucionalização do feminismo negro no ensino superior (JONES; EUBANKS; SMITH, 2014).

É reconhecido que Crenshaw (1989) cunhou o termo, mas a noção de interseccionalidade foi produzida no âmbito do movimento social de mulheres entre as décadas de 1960 e 1970. Frequentemente, a sua origem é relacionada estritamente ao feminismo negro estadunidense, mas para

Patricia Hill Collins (2017) seu desenvolvimento ocorreu em um movimento de “mulheres de cor”, incluindo também mulheres latinas, indígenas e asiáticas que, ao transitarem entre diferentes movimentos políticos, reivindicavam as relações entre raça, classe, gênero e sexualidade em suas experiências.

Panfletos, poesias, ensaios, entre outros materiais, foram produzidos no contexto da luta política e nos permitem ver o surgimento das ideias que posteriormente foram levadas para a academia por meio da inserção de mulheres ativistas em carreiras universitárias (COLLINS, 2017, p. 9). Um desses materiais é o Manifesto do Coletivo Combahee River. Escrito originalmente em 1977 por um coletivo de mulheres negras de Boston, o manifesto também foi republicado no livro de 1982 citado por Crenshaw (1989).

A noção de interseccionalidade não só aparece, mas assume centralidade nessa declaração, tendo em vista que as ativistas assumiam como desafio a realização de análises integradas e de uma atuação política baseada na interligação dos sistemas de opressão:

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análises e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 197).

Podemos ver que o coletivo considera tanto a ideia de que os sistemas de opressão são interligados quanto a simultaneidade das opressões de raça, sexo e classe nas experiências de mulheres negras. Cabe destacar que o Combahee River também era um coletivo lésbico e incluía explicitamente a “opressão heterossexual” entre os eixos que deveriam ser admitidos nas análises. Considerando que naquele momento o próprio conceito de gênero estava em fase inicial de desenvolvimento, independentemente de considerarmos que temas relativos à sexualidade estão ou não contidos na discussão de “gênero”, ao menos no campo político podemos afirmar que foram desenvolvidas noções de interseccionalidade que já destacavam a “sexualidade”.

Diferentemente do que podemos ver em Crenshaw (1989, 1991, 2010), como o coletivo também se definia como socialista, a classe aparece com uma importância maior na declaração. As ativistas anunciam que a formação do grupo ocorreu a partir da cisão na Organização Nacional de Feminismo Negro (National Black Feminist Organization – NBFO), em decorrência da perspectiva burguesa daquele grupo. Explicitam ainda a necessidade de ampliar a compreensão sobre classe levando em conta a posição das mulheres negras:

Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado. Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. Chegamos ao ponto de precisar desenvolver uma compreensão das relações de classe que leve em conta a posição de classe específica das mulheres negras. [...] Embora concordemos, em essência, com a teoria de Marx, uma vez aplicada às relações econômicas muito específicas por ele analisadas, sabemos que sua análise deve ainda ser expandida para que possamos compreender nossa situação econômica específica enquanto mulheres negras (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 201).

Ao comentar sobre o Combahee River, Barbara Smith⁵ relata a presença de militantes marxistas, a realização de cursos e estudos sobre Lenin, Marx e Trotsky, e um forte comprometimento com a perspectiva de classe nas ações do coletivo (JONES; EUBANKS; SMITH, 2014, p. 56). Trago essas considerações porque frequentemente as abordagens interseccionais de feministas negras estadunidenses são mencionadas como perspectivas que atribuem pouca importância à classe. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015), por exemplo, afirmam que feministas negras estadunidenses priorizariam o par gênero-raça (BIROLI; MIGUEL, 2015). Também para Patrícia Hill Collins a classe é frequentemente mencionada nos trabalhos, mas “permanece subutilizada como categoria analítica para explicar as desigualdades sociais complexas” (COLLINS, 2015b, p. 13, tradução minha). A autora cita ainda a interpretação de Acker de que a ausência da classe estaria relacionada ao desenvolvimento dos feminismos pós-estruturalista e pós-moderno que teriam levado a uma ênfase maior em estudos sobre cultura, identidade e representação. Nessa

perspectiva, a classe apareceria mais como uma categoria descritiva de estratificação e menos como uma categoria analítica de relações econômicas (ACKER, 1999 *apud* COLLINS, 2015b). Para Mara Viveros Vigoya (2016), embora o Combahee River e outras autoras atribuíssem importância para a classe, deveríamos considerar que no contexto estadunidense a raça aparece como aspecto de diferenciação, mas existiria uma percepção majoritária de uma sociedade sem classes, com igualdade de oportunidades e desigualdades causadas por diferenças individuais (p. 9).

Apesar dessas interpretações, seria interessante direcionar um olhar mais atento à quase ausência da classe nas abordagens acadêmicas. Esse seria o custo da “tradução” de ideias gestadas no âmbito de movimentos sociais mais radicais para a academia? Aqui tomo emprestada de Patrícia Hill Collins a reflexão sobre as implicações das “traduções”. Baseada na reflexão de Edward Said, de que as teorias poderiam perder a criticidade conforme viajavam de um domínio ao outro, a autora tem escrito sobre características que foram enfatizadas e outras que foram rebaixadas no trânsito da noção de interseccionalidade dos movimentos feministas às instituições acadêmicas (COLLINS, 2015b, 2017). As reflexões de Collins, no entanto, não estão necessariamente relacionadas à questão que coloco aqui sobre a classe, mas, sobretudo, à “interseccionalidade” como um projeto político de justiça social. Como podemos perceber no trecho do *Combahee River Collective Statement* destacado anteriormente, as autoras consideravam a interligação dos sistemas de opressão como importante para as análises, mas também para a ação política.

De toda forma, é possível avançar que a reflexão sobre interseccionalidade realizada ainda no âmbito do feminismo negro não parece ter acontecido em analogia às categorias marxistas, tal como aconteceu com feministas europeias. Mesmo as ativistas do Combahee River que se declaram socialistas não parecem ter realizado um movimento de construção analítica nessa direção, ao menos na declaração aqui analisada, e são as discussões sobre “política identitária” que mais abertamente demarcam os méritos e deméritos de sua abordagem.

No *Combahee River Collective Statement*, as ativistas defendiam a política identitária e atribuíam a radicalidade daquele movimento a esse conceito. Ao mesmo tempo em que reafirmavam o protagonismo das mulheres negras, buscavam demarcar um posicionamento político que se pretendia inclusivo, porque envolveria o fim das opressões de gênero, raça e classe – o que, na perspectiva do coletivo, seria benéfico a todos os grupos oprimidos. Barbara

Smith *et al.* (2014) afirma que embora a política identitária tenha se tornado um campo tenso em função das abordagens de direita, sua radicalidade naquele momento só pode ser entendida retomando o contexto de desvalorização vivido pelas mulheres negras que haviam crescido ao longo das décadas de 1950 e 1960:

Todo lugar que você olhava, sentia que você não contava, que sua voz não era ouvida [...]. Da nossa posição no *Combahee* construir a *política de identidade nos dava uma plataforma*, uma análise, certo senso de confiança que nós merecíamos fazer parte do diálogo [...]. Nós nos empoderamos olhando a nossa situação. Fazendo observações sobre isso, tirando conclusões, e dizendo “Nós estamos aqui, nós merecemos estar aqui, nós entendemos do que estamos falando, nós falamos a partir dessas *experiências diferentes*”. *Nossa experiência é complexa [...]. O que estávamos dizendo é que nós temos uma constelação de múltiplas opressões, quando elas combinam isso não é apenas aritmético, isso é geométrico. Quando levanta de manhã, você não decide qual das suas identidades deixará de lado. Você é o pacote todo* (JONES; EUBANKS; SMITH, 2014, p. 43-44, tradução e grifos meus).

Mesmo sabendo que o Combahee River não representa necessariamente o conjunto do movimento feminista negro e de “mulheres de cor” nos Estados Unidos da América (EUA), ao menos em suas declarações e nas afirmações de Barbara Smith *et al.*, a origem da ideia de interseccionalidade parece bastante associada não só com a luta por justiça, mas também com o desenvolvimento da política identitária.

É a partir da política identitária que a experiência das mulheres negras assume um estatuto epistemológico fundamental entre autoras e abordagens estadunidenses sobre interseccionalidade. Assim, o foco nas experiências parece ter permitido uma discussão maior sobre a interseccionalidade por meio de análises identitárias, o que pode ter contribuído para a subutilização da classe como categoria analítica.⁶ Parece ainda que é esse foco que acabou contribuindo para que a discussão sobre interseccionalidade no contexto estadunidense tivesse como tendência a incorporação de outras categorias, tais como idade/geração, habilidade, nacionalidade, religião, assumindo o que Helena Hirata chama de “interseccionalidade de geometria variável” (HIRATA, 2014, p. 66).

Arriscaria afirmar que apesar das intenções anunciadas pelo Combahee River, a presença reduzida da classe nas análises não necessariamente constitui um problema de “tradução”, pois pode ser também uma decorrência de formas de percepção tão enraizadas quanto fundamentais

para a luta política do feminismo negro naquele contexto de desvalorização extrema. Nessa perspectiva, também me parece significativa a distinção feita por Patricia Hill Collins que usa o termo “interseccionalidade” para se referir à articulação de opressões nas experiências de vida dos indivíduos e o termo “matriz de dominação” para a organização social (BILGE, 2010). Enquanto o *Combahee River Collective Statement* é reconhecido como uma das origens da noção de interseccionalidade no âmbito do movimento feminista e Kimberlé Crenshaw (1989) como a autora que cunhou o termo em si, para Sirma Bilge (2011), Patrícia Hill Collins foi a primeira a se referir à interseccionalidade como um paradigma.

Se analisarmos um artigo escrito por Collins ([1989] 2015a)⁷ no mesmo ano da publicação de Crenshaw (1989), podemos identificar uma contribuição para a discussão sobre “interseccionalidade”, apresentada não como um atributo específico da experiência de mulheres negras, mas como um sistema múltiplo de opressão que enquadraria a vida de todas as pessoas: “Para dirigir-se a essas questões, insisto que temos que adquirir novas teorias de como raça, classe e gênero moldaram as experiências não apenas de mulheres negras, mas de todos os grupos” (COLLINS, 2015a, p. 16).

Collins (2015) entende cada uma das categorias como “sistemas paralelos e imbricados”, cujas conexões deveriam ser desveladas. Tendo em vista a tarefa de redefinir a opressão considerando esse entrelaçamento, Collins (2015) vai defender a existência de três dimensões a serem observadas: (1) institucional; (2) simbólica; (3) individual. Para eleger essas três dimensões, Patrícia Hill Collins se baseou no trabalho de Sandra Harding, para quem essas dimensões estruturariam a opressão de gênero.

A dimensão institucional é definida por Collins (2015a) como “relações sistêmicas de dominação e subordinação estruturadas por meio de instituições sociais, tais como escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais” (COLLINS, 2015a, p. 20). Para exemplificar essa dimensão, a autora utiliza a organização das *plantations* nos Estados Unidos, abordando os lugares que homens e mulheres, brancos/as e negros/as ocupavam. Em seguida, propondo que a *plantation* seja utilizada como metáfora da opressão institucional, questiona se os *campi* universitários também são organizados como uma “*plantation* moderna”, provoca a pensar, por exemplo, qual o lugar institucional ocupado pelos homens brancos, se eles estão em maioria nas instâncias de decisão e gestão, onde estão as mulheres negras, quem são as estudantes e os estudantes em maior presença, etc. Patrícia Hill Collins é categórica ao afirmar que no ensino

superior estadunidense geralmente “sobrevive uma versão modificada da *plantation* como metáfora para a dimensão institucional da opressão” (COLLINS, 2015a, p. 24).

Já a dimensão simbólica da opressão estaria mais relacionada ao uso “estereotipado de imagens de grupos de raça, classe e gênero”. Nesse tópico, a autora aborda o quanto as imagens de masculinidade e feminilidade normalmente dizem respeito a grupos muito restritos, geralmente mulheres e homens brancos de classe média. Exemplifica com a discussão do quanto a razão normalmente é considerada um atributo “masculino”, mas que somente é esperada de homens brancos de elite. Por fim, a dimensão individual se refere aos efeitos individuais dessas estruturas de opressão em nossas vidas, quais são as oportunidades e dificuldades que enfrentamos, assim como a nossa agência diante dessas estruturas.

O artigo de Collins (2015a) é um exemplo de como ideias gestadas no movimento feminista negro foram inicialmente reelaboradas no meio acadêmico como estudos de gênero/raça/classe, mesmo antes de serem nomeados como estudos interseccionais, a partir do termo de Crenshaw (1989). Collins também ilustra aqui a possibilidade de considerarmos que mesmo entre autoras negras estadunidenses as abordagens não podem ser tomadas como um todo homogêneo. Diferentemente de Kimberlé Crenshaw, Collins não parece abordar a “interseccionalidade” como um atributo da experiência de mulheres negras. E oferecendo uma estratégia analítica de articulação das categorias, amplia as possibilidades de desenvolver uma abordagem interseccional que inclui diferentes níveis e dimensões de análise.

Outros contextos, outras metáforas

Se a interseccionalidade pode ser considerada uma perspectiva elaborada por feministas negras estadunidenses ou, como defende Collins (2015b), de movimentos sociais de “mulheres de cor”, a tentativa de articular relações sociais não ficou restrita àquele contexto. Considerando os limites deste texto, apresentarei a seguir a síntese de algumas das contribuições para o debate sobre “interseccionalidade” da brasileira Heleieth Saffioti e da francesa Danièle Kergoat.

Ao longo dos anos 1966-1967, Heleieth Saffioti escreveu uma tese de livre-docência, publicada como “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” ([1969] 2015). Rompendo com as interpretações sobre a “teoria da modernização”, defendeu que a dominação das mulheres não era

simplesmente um resquício das formações sociais anteriores. Incorporada pelo sistema de produção capitalista, assumia diferentes feições e funções, como a suposta manutenção de um exército industrial de reserva mobilizado de acordo com as necessidades produtivas das diferentes sociedades. É preciso retomar, entretanto, que Saffioti não pretendia apresentar uma obra feminista naquele momento. A partir de uma leitura marxista, a divisão da sociedade em classes aparece como a verdadeira questão estrutural, enquanto sexo e etnia/raça seriam funcionais, até mesmo como “mecanismos de abrandamento” da contradição de classe (SAFFIOTI, 2013; SORJ, 1995).

Assim como acontece com toda grande obra, muitas das interpretações de Saffioti foram posteriormente questionadas, mas o caráter pioneiro de seu trabalho é inegável, especialmente pelo esforço de tentar pensar as articulações de uma forma sociológica. Considerando a sua tentativa de cruzar classe e sexo – às vezes também etnia/raça –, poderíamos dizer que a autora fez um trabalho “interseccional” ainda no final da década de 1960?

Arriscaria responder a essa pergunta negativamente, tendo em vista que para Saffioti a dominação das mulheres só se torna uma questão estrutural conforme assume uma função no capitalismo. Conforme Céli Pinto, “o mito da mulher na sociedade de classe” era “a própria existência da problemática feminina” (PINTO, 2014, p. 326). Partindo dessa perspectiva, defendo que não daria para pensar no entrelaçamento entre classe e “gênero”, porque gênero sequer era concebido como tal. Não me refiro simplesmente à ausência do termo “gênero” em si – o que seria evidentemente anacrônico –, mas ao caráter mais fraco com que a dominação das mulheres aparece, ora como funcional para a contradição essencial de classe, ora como um aspecto da superestrutura.

A partir da década de 1980,⁸ no entanto, Heleieth Saffioti passou a apresentar concepções que facilmente poderiam ser consideradas como “interseccionais”. Nesse sentido, a autora desenvolveu a metáfora do “nó”, na qual a classe não aparece como a contradição essencial, mas como uma “subestrutura” ao lado do gênero e da raça/etnia. Além de uma metáfora, a autora considera o “nó” como uma “estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social” (SAFFIOTI, 2015, p. 133-134).

Saffioti (2015) traz questões que também permearam o debate estadunidense sobre interseccionalidade, como a ideia de que a análise das relações de gênero não poderia prescindir de análises das demais relações (p.

134). Reforça ainda que não se trata de uma questão quantitativa, em que deveríamos somar racismo, gênero e classe social. Para a autora, a discussão é qualitativa, porque exigiria a compreensão da nova “realidade compósita” (p. 122). Em 2015, citando trabalhos anteriores, ela se refere à imagem de um “nó frouxo” em que a dinâmica de cada uma dessas ordens condicionaria a nova realidade enovelada:

Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – *novelo patriarcado-racismo-capitalismo* (SAFFIOTI, 1987) – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2015, p. 133-134).

De modo semelhante, Danièle Kergoat desenvolveu ao longo dos anos 1970-1980 a noção de *consustancialidade das relações sociais*. Baseada no conceito teológico sobre a “unidade de substância” da trindade pai-filho-espírito santo, a autora também quis expressar a unidade das relações sociais de classe, sexo e raça. Além da consustancialidade, a autora defende a coextensividade como uma propriedade dessas relações, ou seja, a ideia de que essas relações sociais “se reproduzem e se coproduzem” (KERGOAT, 2010, p. 94).

É interessante notar que para explicar seu posicionamento, a autora também vai recorrer à imagem do “nó”. Não é possível afirmar se houve uma influência entre Kergoat e Saffioti, mas as semelhanças entre as duas perspectivas são visíveis⁹:

A minha tese, no entanto é: as relações sociais são *consustanciais*: elas formam um *nó* que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica (KERGOAT, 2010, p. 94, grifos meus).

Kergoat (2010) esclarece ainda que afirmar a consustancialidade não é o mesmo que dizer que “tudo está vinculado a tudo”, implica ao contrário, “uma forma de leitura da realidade social”, forma essa que a autora associa a uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica. É o fato de a autora

demarcar essa perspectiva teórica que atualmente parece ter conferido maior popularidade e repercussão ao seu conceito.

É preciso também destacar que Kergoat tem criticado a perspectiva de Crenshaw e negado o uso do termo “interseccionalidade” (KERGOAT, 2016). Para a socióloga francesa, a noção de interseccionalidade seria “geométrica”, envolvendo certa imobilidade: “Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade – elas são móveis, ambíguas e ambivalentes” (KERGOAT, 2010, p. 93).

O ponto principal de sua crítica parece ser a defesa de que gênero, raça e classe devem ser pensados como “relações sociais” e não como “categorias” (KERGOAT, 2016). Interpreto que não se trata de admitir que o trabalho com categorias necessariamente exclua a análise de relações sociais, mas de que na avaliação de Kergoat, Crenshaw parte do trinômio gênero-raça-classe, sem buscar compreender os processos que produzem tais categorias.

O que deve ou não ser articulado nas análises integradas é outro ponto de discordância de Kergoat em decorrência de sua concepção de articulação de relações sociais e não categorias. Para a autora, gênero, raça e classe são aspectos estruturantes e transversais à totalidade do campo social (KERGOAT, 2009), envolvendo o antagonismo entre grupos, assim como a opressão, a dominação e a exploração. Em sua perspectiva, essas características não estariam presentes em outras categorias como idade, religião ou deficiência – posicionamento que está longe de constituir um consenso entre diferentes abordagens.

Finalmente, na origem da noção de consubstancialidade, Kergoat privilegiava a coextensividade entre gênero e classe, enquanto Crenshaw acabava por privilegiar gênero e raça. Nesse sentido, Kergoat também critica a ausência da “classe” em abordagens interseccionais, ao mesmo tempo que a influência dessa literatura tem contribuído para a incorporação da raça pela socióloga francesa (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010, 2016).

Considerações finais

É inegável que a partir da noção de interseccionalidade foi possível colocar em destaque a heterogeneidade interna ao grupo de mulheres (e homens), questionando concepções e práticas pretensamente universalistas. Essa contribuição decorrente do feminismo negro e de “mulheres de cor”, mas também de perspectivas marxistas, pode ser considerada como um bom

ponto de partida contra generalizações excessivas, tal como elaborado por McBride, Hebson e Holgate (2014). As autoras sugerem a possibilidade de que alguns trabalhos possam se valer de uma “sensibilidade interseccional”, mesmo que não assumam o desafio de realizar análises propriamente interseccionais.

Para Patricia Hill Collins (2015b), entretanto, essa sensibilidade não seria suficiente, o que deveria levar pesquisadoras a buscar ampliar as possibilidades de compreender as interligações entre gênero, raça, classe, além de outras categorias – de acordo com a perspectiva teórica e o objeto de pesquisa. Tal pretensão, entretanto, parece demandar mais trabalho, considerando que muito tem sido discutido sobre o caráter vago e os dilemas de se definir o conceito de interseccionalidade (BILGE, 2010; COLLINS, 2015b).

De modo sucinto, gostaria de destacar dois pontos que me parecem centrais aos desafios e às diferenças entre algumas perspectivas aqui mencionadas. A primeira delas me parece ser o grau de complexidade exigido para articular categorias de análises muitas vezes desenvolvidas a partir de tradições epistemológicas distintas, com acúmulos teóricos desiguais. Para que a “interseccionalidade” não se torne apenas um *slogan* citado nas introduções dos trabalhos, parece necessário uma formação sólida e um trabalho de identificação de pontos de tensão entre concepções e conceitos elaborados a partir de referências diferentes. Esse me parece ser, por exemplo, um dos aspectos que pode contribuir para a subutilização da categoria classe. A interseccionalidade também parece colocar ainda mais lenha nas discussões e tentativas teóricas de articulação entre dimensões materiais e simbólicas, estrutura e indivíduo, assim como de análises macro e microsociológicas – temas clássicos e caros à Sociologia. Parecem fundamentais as sugestões de que as abordagens interseccionais devem ser ampliadas por meio do diálogo com teorias sociológicas mais amplas (BILGE, 2016).

Da homologia entre sexo e raça: um esboço de aproximação conceitual

Luciana Alves

A natureza permanece um mito e uma realidade crucialmente importante e profundamente contestada.

DONNA HARAWAY

O termo “interseccionalidade” emergiu no campo de estudos feministas e de gênero como imperativo analítico para lidar com objetos de investigações que visam elucidar desigualdades sociais ou opressões estruturadas a partir da imbricação entre sexo, raça e classe (COLLINS, [1989] 2015a).

Trata-se de uma perspectiva que busca compreender a experiência de diferentes sujeitos a partir de seu posicionamento desigual nas hierarquias sociais, mas não da proposição de um novo conceito cujo uso substitua as categorias que propõe cruzar. Nessa perspectiva, a ideia de intersecção pode ser compreendida a partir de um conjunto de metáforas surgidas no fim da década de 1980: nó (SAFFIOTI, 2015), cruzamento (CRENSHAW, 2002), intersecção (COLLINS, 2015b), todos os termos diferentes para se referir à premência de análises mais complexas sobre como as desigualdades sociais são construídas e mantidas. Haraway (2004) assinala que embora haja clamores por análises interseccionais, muito raramente a teoria feminista conseguiu de fato desenvolvê-las.

Sem a pretensão de preencher essa lacuna, neste texto buscamos aproximar os processos de construção das ideias de sexo e raça, a partir da proposição de que ambos são parte de um mesmo processo de enunciação: a “escolha” de diferenças físicas observáveis e sua transformação em categorias socialmente relevantes que permitem a elaboração de clivagens sociais ensejam identidades e explicam desigualdades. Para levar adiante a tarefa, dialogamos com um ensaio teórico pioneiro escrito por Verena Stolcke (1990) e pouco comentado por pesquisadoras brasileiras: *Sexo está para raça assim como gênero para etnicidade?*

A resposta à pergunta que dá título ao artigo de Stolcke vai se delineando ao longo de um texto bem argumentado teoricamente e segue duas direções. À primeira vista, sexo não possui relação de homologia com a raça, uma vez que a autora considera que o dimorfismo sexual pertence ao reino da natureza. Ainda que esta seja socialmente reinterpretada, o fato é que “seres humanos constituem uma espécie bissexual” (STOLCKE, 1990, p. 110). Já a raça não possui qualquer evidência de sua existência (seja biológica, fisiológica ou genética). Dito de outro modo, não somos uma espécie multirracial, pertencemos a um mesmo filo e isso supostamente impede paralelos entre sexo e raça.

Para a autora, os traços fenotípicos usualmente atrelados à raça são resultado de variações genéticas muito pequenas e sequer estão presentes em alguns casos de racialização. Isso significa que a raça foi (e ainda é) uma categoria socialmente operada, mesmo na ausência de traços físicos que permitissem (permitam) diferenciar grupos supostamente raciais, não encontrando sustentação no corpo propriamente dito.

A segunda resposta, localizada e contextual, sustenta a homologia entre sexo e raça especificamente para sociedades capitalistas, nas quais foi necessário criar justificativas naturalizadas para as desigualdades sociais, num período em que se consolidava a ideia de mérito como única explicação aceitável para as desigualdades entre grupos humanos. A naturalização, portanto, seria elemento fundamental para contrabalançar as “contradições da sociedade de classe” (STOLCKE, 1990, p. 110).

Embora bastante convincente, o ensaio de Stolcke esbarra em três problemas conceituais que pretendemos avançar neste texto. O primeiro deles se refere ao estatuto ontológico dado ao dimorfismo sexual e ao estatuto simbólico conferido à raça. No caso do primeiro, para fugir ao que chama de “espiral construcionista”, ela toma o dimorfismo sexual como pré-social, ao mesmo tempo em que aplica uma lógica diametralmente oposta para tratar dos traços fenotípicos que balizam a maioria dos processos de racialização. O corpo é tratado por Stolcke (1990) a partir de um duplo critério de percepção: como central em se tratando de sexo, e como secundário e simbolicamente manipulado, no caso da raça. Tal aspecto que dificulta, no quadro analítico da autora, a percepção dos paralelos que podem ser traçados entre ambos os conceitos.

O segundo ponto a avançar é a homologia sugerida entre gênero e etnicidade, já que ambos os conceitos são entendidos por Stolcke (1990) como se fossem a manipulação de traços corporais inscritos na cultura e que

ganham significado a partir desta. Porém, a autora descreve vários problemas associados às teorias da etnicidade que podem ser resumidos à tendência de naturalizar a cultura ou seu uso para substituir a raça, mas não a semântica racial. Isso sugere que o conceito de etnia não seria o mais indicado para uma aproximação conceitual com gênero – a construção social das diferenças sexuais –, já que etnia não se resume à construção social das diferenças raciais. Nesse ponto concordamos parcialmente com Stolcke, mas propomos que a homologia não está nas categorias gênero e etnicidade, mas sim nas categorias gênero e raça.

Por fim, o modelo teórico criado por Stolcke (1990) sugere que clivagens raciais sustentadas no corpo fazem sentido apenas em sociedades nas quais a competição capitalista está posta. Todavia, como buscaremos demonstrar, raça e corpo estão interligados mesmo antes da emergência do capitalismo e a associação permanece válida em sociedades de economia planificada nos anos 1980 e 1990, na sociedade de castas indiana, entre outros contextos nos quais a desigualdade social não segue a lógica capitalista.

Talvez a pergunta mais adequada para o traçado de homologias entre raça e gênero no contexto latino-americano (e possivelmente em outros contextos) seria: *sexo está para cor/traços fenotípicos reais ou imaginados, assim como gênero está para raça?* É buscando responder a essa pergunta, ainda que de forma introdutória, que construímos o presente ensaio.

Dimorfismo sexual, cor e fenótipo: construção social da diferença biológica

Dos 23 pares de cromossomos que marcam a espécie humana, um deles define geneticamente se um indivíduo é macho ou fêmea. Já a definição da cor da pele e dos olhos, assim como da textura dos cabelos, é resultado da interação de vários genes, interação esta praticamente desconhecida pelos cientistas.

Não há, portanto, um par de cromossomos bem delimitado que seja capaz de predizer se um indivíduo terá pele clara ou escura, cabelos lisos ou crespos, como é o caso daqueles ligados ao sexo. A expressão fenotípica da cor resultante da combinação de traços genéticos variados é algo que vem sendo estudado apenas recentemente, e já se sabe que certas interações genéticas dão origem a determinadas aparências físicas (CERQUEIRA, 2013).

Ao menos desde 1950, salvo raras exceções, há um consenso entre cientistas da natureza de que às diferenças externamente observadas não estão relacionadas quaisquer capacidades psicológicas, intelectuais ou

morais (MUNANGA, 2003). Arriscamos dizer que o hiato de décadas na pesquisa sobre a relação entre genótipo e fenótipo decorre dos receios de se recuperarem teorias que dividiram a humanidade em subespécies, surgidas ainda no século XVI, mas que ganharam força explicativa da realidade social já em fins do século XIX e começo do XX (SCHWARCZ, 1993).

Se a genética sequer era recurso disponível durante a elaboração e consolidação da teoria racial, podemos afirmar – é o que tem feito há décadas historiadores, antropólogos e sociólogos – que aquilo que se chama de raça é, na verdade, a percepção social das elites europeias a respeito dos povos por elas explorados (STEYN, 2004). Europeus desenvolveram o conceito de raça com finalidade prática já bastante discutida: criar um sistema de dominação e justificação simbólica à exploração, o qual está associado à natureza, portanto, pré-social. Embora antigo, o aparato ideológico elaborado à época vem sendo sistematicamente reajustado nas sociedades contemporâneas, fazendo do racismo uma realidade bastante atual mundo afora (GUIMARÃES, 2002).

É justamente a criação desse sistema que nos legou o vocabulário atualmente utilizado para caracterizar as diferenças físicas observadas entre os seres humanos. Negros, índios, brancos só existem assim denominados a partir da empreitada colonial (STEYN, 2004). Antes disso, eram maputis, tupis, nagôs, iorubás... Enfim, designavam-se e eram designados a partir de critérios de ancestralidade e pertença cultural, portanto, em termos étnicos.

O conceito de raça muda a semântica usada para caracterizar diferenças entre povos, dissipando as fronteiras intragrupos humanos que se reconheciam diferentes e que passam a pertencer a uma mesma categoria de sujeitos socialmente subalternos aos brancos. Exceção a essa nova forma de categorização racial são os próprios brancos que, como criadores e operadores de todo o sistema, têm sua própria identidade racial invisibilizada, tornando-se representantes do humano universal, de modo que quando pensamos em raça, quase sempre estamos tratando de grupos desfavorecidos na balança de poder (FRANKENBERG, 1993).

Lidos assim, esses dados permitem localizar historicamente a criação de desigualdades sociais que mobilizaram traços de realidade (cor, textura de cabelos, tamanho do nariz, etc.) para a sua construção, transformando-os em raça, fruto de operações sociais relativamente recentes, mas não menos corporais que o dimorfismo sexual.

Encontrar as raízes históricas dos processos que conferiram centralidade ao dimorfismo sexual é tarefa muito mais difícil. As hierarquias entre